



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90025/2026

REGISTRO DE PREÇOS

UASG 070023

Processo SEI nº 26.0.000000753-5

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento dos materiais, conforme condições, descrições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA E HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/06/2026 às 14:00 horas

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 520.680,60 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP: Para os itens 1 a 19, 22 a 43

RESERVA DE COTA ME/EPP: Para o item 20

REGISTRO DE PREÇOS: Sim

VISTORIA: Não

EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS: Apenas para os condutores elétricos, e antes da entrega definitiva.

INSTRUMENTO CONTRATUAL: Nota de empenho

IMPORTANTE

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES ATÉ DIA 01/06/2026

SUMÁRIO

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**
- 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 4. DO CREDENCIAMENTO**
- 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**
- 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 9. DO MODO DE DISPUTA**
- 10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 11. DA NEGOCIAÇÃO**
- 12. DA FASE DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA**
- 13. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 14. DOS RECURSOS**
- 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 18. DOS ENCARGOS**
- 19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 22. DA NOTA DE EMPENHO**
- 23. DO REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 24. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 25. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**
- 26. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**
- 27. DA GESTÃO DO CONTRATO**
- 28. DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 29. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 30. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 32. DO FORO**
- ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**
- APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**
- ANEXO II DO EDITAL - VALOR ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO**
- ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e na forma da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos nº 8.538/2015 (alterado pelo Decreto nº 10.273/2020) e 11.462/2023, Resolução TSE nº 23.702/2022, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, Instrução Normativa SEGES/MP nº

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento dos materiais, conforme condições, descrições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada por itens, conforme tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD MÁXIMO | UND |
|--------------------------|---|------------|--------|
| 1 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor preta | 400 | UND |
| 2 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 20A, 250V, com haste, cor vermelha | 100 | UND |
| 3 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor vermelha | 400 | UND |
| 4 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Azul, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |
| 5 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Amarelo, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | 1000 | metros |
| 6 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Vermelho, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |
| 7 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Verde, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |
| 8 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo paralelo flexível, branco, (2X#2,5mm ²), isolamento 300V, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 200 | metros |
| 9 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo multipolar (3X#2,5mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 2200 | metros |
| 10 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo multipolar (3X#4,0mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | 1500 | metros |

| | | | |
|-----------------------------------|---|------|-------|
| 11 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Filtro de linha, 220V, 60Hz, de 5 tomadas NBR 14.136, 10A, chave liga-desliga, LED indicativo, fusível de 10A, cabo de 1 metro - Intelbrás ou equivalente | 1000 | UND |
| 12 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpadas LED 9W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 800Lm, ângulo 200º - OSRAM ou equivalente | 1500 | UND |
| 13 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpadas LED 20W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 1.800Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | 500 | UND |
| 14 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpadas LED 30W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 2.400Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | 800 | UND |
| 15 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpada LED tubular T8, 9W a 10W, compr. 600mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 900Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente | 100 | UND |
| 16 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária de emergência, 30 LEDs, 100Lm, , abrangência 25m², 220V, 60Hz, bateria lítio de 3,7V e 1A.h - Empalux ou equivalente | 80 | UND |
| 17 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpada LED tubular T8, 18W a 20W, compr. 1200mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 1.800Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente | 800 | UND |
| 18 (EXCLUSIVO ME/EPP) | DPS monopolar, classe II, com cartucho removível, tipo MOV, Uc 275V, Up > 1,2 kV, I _{max} 20 kA@8/20 us, In 10 kA@8/20 us - Clamper ou equivalente | 200 | UND |
| 19 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Sensor de presença por movimento para lâmpada, de embutir em caixa 4"x2", uso interno, ângulo de cobertura de 120º, 220V, 60Hz, regulagem de tempo - Exatron, Tramontina, Pial ou equivalente | 100 | UND |
| 20 (QUOTA ME/EPP) | Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente | 20 | Caixa |
| 21 (AMPLA CONCORRÊNCIA) | Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente | 80 | Caixa |
| 22 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Patch cord de 1,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor vermelha. Furukawa, AMP ou equivalente | 500 | UND |
| 23 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Patch cord de 2,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor amarela. Furukawa, AMP ou equivalente | 500 | UND |
| 24 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Tomada fêmea RJ-45 cat.5E, 568-A, contatos banhados a ouro, presilhas para cabos, Furukawa, AMP ou equivalente | 1000 | UND |

| | | | |
|---------------------------------|--|------|--------|
| 25 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Refletor LED, 30W, 2.400Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | 50 | UND |
| 26 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Refletor LED, 50W, 3.800Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 27 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Plafon Redondo, LED, 18W, Branca, - Completa, com driver - De sobrepor - 1.250Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 100 | UND |
| 28 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Refletor LED, 100W, 8.000Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 20.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | 100 | UND |
| 29 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Lâmpadas LED 40W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 3.200Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | 500 | UND |
| 30 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Pannel de LED, 18W, Branca, quadrada 22x22 cm - Completa, com driver - De embutir - 1.250Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 31 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Pannel de LED, 24W, Branca, quadrada 30x30 cm - Completa, com driver - De sobrepor - 2.100Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 32 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Pannel de LED, 30W, Branca, quadrada 40x40 cm - Completa, com driver - De embutir - 3.000Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 100 | UND |
| 33 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Pannel de LED, 24W, Branca, quadrada 30x30 cm - Completa, com driver - De embutir - 2.100Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 34 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Pannel de LED, 40W, Branca, quadrada 62x62 cm - Completa, com driver - De embutir - 4.000Lm - 220V, 60Hz, 4100K a 5000K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 35 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Canaleta PVC retangular com tampa, sem divisória - Branca - 20x10x2000 - Com fita dupla face no fundo para fixação - Barra de 2 metros - Tramontina ou equivalente | 300 | UND |
| 36 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Canaleta PVC retangular com tampa, sem divisória - Branca - 50x20x2000 - Com 2 fitas dupla face no fundo para fixação - Barra de 2 metros - Tramontina ou equivalente | 300 | UND |
| 37 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Azul, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |
| 38 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Vermelho, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |

| | | | |
|---------------------------------|--|------|--------|
| 39 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Verde, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência | 1000 | metros |
| 40 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Plug macho RJ-45 cat.5E, contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente | 1000 | UND |
| 41 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária de emergência, 2 faróis LED, 1.200Lm, bateria 6V/4A.h, 220V, 60Hz, abrangência 250m², IP20 - Segurimax ou equivalente | 40 | UND |
| 42 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Luminária tipo Painel de LED, 30W, Branca, quadrada 40x40 cm - Completa, com driver - De sobrepor - 3.000Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | 200 | UND |
| 43 (EXCLUSIVO ME/EPP) | Extensão de tomada elétrica 2P+T: 5 metros, 3 tomadas 10A, NBR 14.136, 250V, bitola (3X#0,75mm²) | 1200 | UND |

1.3 Não serão aceitas propostas em quantitativos inferiores às quantidade máximas previstas na tabela do subitem 1.2.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.5 Relativamente aos condutores elétricos, as licitantes deverão observar o estabelecido no item 10.7 do Termo de Referência anexo a este Edital.

2. DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

2.1 Não há participantes deste pregão para registro de preços.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não se possibilitará adesões de outros órgãos da Administração Pública a ata de registro de preços que se originará deste certame.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras - ICP-BRASIL.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.1.1 Relativamente aos itens 1 a 20 e 22 a 43, a participação nesta licitação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP);

5.1.2 O item 21 é destinado à ampla participação.

5.1.3 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2 O tratamento favorecido será concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3 A simples participação neste certame implicará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital;

5.4 Não poderão disputar esta licitação:

5.4.1 Aqueles que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

5.4.2 Aquele que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de participar da licitação ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

5.4.3 Aquele que, com o intuito de burlar a efetividade de sanção aplicada a outra pessoa jurídica, atue em substituição desta, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

5.4.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.4.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.4.6 Aquele que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.4.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.8 Aqueles que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5.4.8.1 As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório (Acórdão TCU nº 8.274/2011 - 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).

5.4.9 Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;

5.4.10 Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.11 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, uma vez que a participação de consórcios não é necessária para garantir a competitividade e a eficiência do processo;

5.4.12 Pessoa física.

5.5 Não poderá participar, direta ou indiretamente, tanto da licitação quanto da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, sua proposta contendo:

6.1.1 Valor unitário do item;

6.1.2 Quantidade cotada, **que não poderá ser inferior à QUANTIDADE MÁXIMA** definida na tabela do item 1.2 deste edital;

6.1.3 Marca e modelo do produto ofertado.

6.2 No preenchimento dos campos estabelecidos no item 6.1, não poderão ser registrados elementos que acarretem a identificação da licitante, salvo se imprescindível para a definição do objeto ofertado, sob pena de desclassificação de sua proposta.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, tarifas e demais despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.7 No cadastramento da proposta a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.7.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.7.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.7.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.7.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.8 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.1 A assinalação do campo “não”, relativamente aos itens 1 a 20 e 22 a 43, implicará na impossibilidade da licitante prosseguir no certame quanto a esses itens, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.8.2 A assinalação do campo “não”, relativamente ao item 21, apenas produzirá o efeito da licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno.

6.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.7 e 6.8 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11 Após a fase de envio de lances serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas das licitantes convocadas para apresentação destas.

6.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema, considerando a ressalva do item 6.12, poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.13.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.15 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.16 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.17 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.17.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, e somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

7.5 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.6 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignado no registro de cada lance.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.3 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

8.3.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa informado no item 9 deste Edital.

8.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.7 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.8 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.8.1 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021

8.8.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.8.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.8.2.2 Empresas brasileiras;

8.8.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.8.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 2009](#).

8.9 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.10 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.11 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

8.12.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro, aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.13 Após a fase de lances, **relativamente ao item 21**, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação de seus valores com os da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.13.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.13.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.13.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens 8.13.1 e 8.13.3, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.1.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.1.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.3 No procedimento de que trata o subitem supra, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.1.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.3 O resultado da negociação será divulgado a todos as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento das propostas.

11.2 O Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação previstas no item 5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

a.1) caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a.2) a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

a.3) a licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

11.2.1 A consulta aos cadastros definidos nos itens "b", "c", "d" e "e" será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.2.2 A consulta de licitantes pessoa jurídica poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.3 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.2.4 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

11.3 Atendidas as condições de participação, inclusive a utilização de tratamento diferenciado por microempresa e pequena empresa, o Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie proposta escrita adequada ao último lance ofertado/negociado, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando estes forem necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.3.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, de ofício, quando constatar que não é suficiente para envio dos documentos exigidos no edital, ou a partir de

solicitação fundamentada da licitante.

11.3.2 A licitante deverá especificar, em sua proposta escrita, a marca e demais detalhes da linha do produto ofertado, não sendo aceito o registro de informações do tipo "conforme descrito no edital", bem como imprecisão da marca ofertada, situação caracterizada pelo registro de uma marca seguida do termo "ou equivalente", sem que sejam definidas quais as marcas equivalentes.

11.4 O Pregoeiro examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para contratação.

11.4.1 Os valores estimados para a contratação estão registrados no Anexo II deste edital

11.5 Será desclassificada a proposta que:

11.5.1 Contiver vícios insanáveis ou ilegalidades;

11.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço estimado para a contratação;

11.5.3.1 Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto os valores unitários, total e global da contratação;

11.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6 É indício de inexequibilidade das propostas a oferta de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.6.1.1 Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.8 Erros no preenchimento de proposta de preços não constituem motivo para desclassificação da licitante quando as falhas puderem ser corrigidas sem alteração da substância da proposta e sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de sua aceitabilidade.

11.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.10 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

11.11 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.12 Finalizada a fase de julgamento das propostas, será iniciado o procedimento de habilitação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Serão exigidos para fins de habilitação, os seguintes documentos:

12.1.1 Habilitação jurídica:

12.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

12.1.1.3 No caso de sociedades limitadas unipessoais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.1.4 No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.1.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.1.1.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.

12.1.1.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

12.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.1.2.2.1 Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

12.1.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.1.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.1.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

12.1.3 Qualificação econômico-financeira:

12.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12.1.3.1.1 Se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade, será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

12.1.3.1.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

12.1.4 Habilitação técnica:

12.1.4.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado,

demonstrando que a empresa forneceu produtos compatíveis com o objeto desta licitação.

12.1.4.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do(s) emissor(res).

12.1.4.1.2 As certidões ou atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante;

12.1.4.1.3 A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.2 A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), nos documentos por ele abrangidos, entretanto, **os documentos que não estejam contemplados neste cadastro deverão ser enviados por meio do sistema da licitação, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.**

12.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, de ofício, quando constatar que não é suficiente para envio dos documentos exigidos no edital, ou a partir de solicitação fundamentada da licitante.

12.2.2 É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.2.2.1 A não observância do disposto no subitem 12.2.2 poderá ensejar desclassificação da licitante no momento da habilitação.

12.3 A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista da licitante não impede sua declaração como vencedora do certame, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, sendo-lhe, nessa situação, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.1 Entretanto, a licitante **NÃO ESTÁ DISPENSADA DA APRESENTAÇÃO** da documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentá-la mesmo que esteja com alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.3.2 O prazo previsto para regularização da documentação poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.3.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.4 Os documentos de habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.5 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter informações e documentos constantes de sítios eletrônicos oficiais.

12.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

12.7 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

12.8 Somente será exigida a apresentação dos documentos não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.9 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

12.10 Relativamente às empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.10.1 Na hipótese da licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.11 Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

12.12 Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.13 A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.15 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.16 Na hipótese da licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.2.

12.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação.

12.18 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

12.18.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.20 Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

12.20.1 Houve erro no envio ou juntada;

12.20.2 Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.

12.20.3 Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;

12.20.4 Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

12.21 O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo Pregoeiro, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.22 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DOS RECURSOS

13.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 Registrada a intenção de recorrer, a licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou da lavratura da ata, para apresentação das razões recursais, em momento único, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo para apresentação das razões do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 Da anulação ou revogação da licitação, assim como, da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração, cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação encaminhada, exclusivamente, para o endereço eletrônico cpl-lista@tre-go.jus.br

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

14.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, ou anteriores a esta, ou mesmo à anulação da própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.1.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.1.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.2 Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, encaminhados exclusivamente para o endereço eletrônico cpl-lista@tre-go.jus.br.

16.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DOS ENCARGOS

17.1 Caberá ao TRE/GO, além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo a este Edital:

17.1.1 Prestar as informações, atinentes ao objeto desta licitação, que venham a ser solicitadas pelo licitante vencedora;

17.1.2 Comunicar ao licitante vencedor quaisquer alterações relativas ao objeto deste Pregão;

17.2 Caberá às licitantes, além das obrigações constantes no Termo de Referência anexo a este Edital:

17.2.1 Elaborar documentação condizente com as exigências deste Pregão para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório;

17.2.2 Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Edital;

17.2.3 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto do TRE/GO;

17.2.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação deste Pregão;

17.3 Deverá, a licitante vencedora, observar também o seguinte:

17.3.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TRE/GO durante a execução dos serviços, objeto da licitação;

17.3.2 É vedada a contratação, para a função de chefia, de empregados que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156, de 8 de agosto de 2012, nos termos do seu art. 4º;

17.3.3 É proibida a veiculação de publicidade acerca deste Pregão Eletrônico, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE/GO.

17.3.4 Não poderão ser cedidos os créditos, nem sub-rogados direitos e obrigações decorrentes desta licitação e contratação a terceiros.

17.4 As obrigações do Contratante e da Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às licitantes e, conforme o caso, à beneficiária da ata de registro de preços, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

18.1.1 Advertência, quando der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.1.2 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

18.1.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

18.1.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

c) pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva.

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.2.3 Não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.2.5 Recusar-se injustificadamente a aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade desta ata de registro de preços.

18.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as seguintes infrações:

18.1.3.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

18.1.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.3.3. Fraudar a licitação;

18.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

18.1.3.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar

ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.2.1 Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1 e 18.1.2 a multa será de 0,5% a 15% do valor total licitado ou do valor total registrado.

18.2.2 Para as infrações previstas no subitem 18.1.3 a multa será de 15% a 30% do valor total licitado ou do valor total registrado.

18.3 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.4 A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4.1. Na hipótese de abertura de processo administrativo de responsabilização as comunicações às licitantes e à beneficiária da ata de registro de preços serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

18.4.1.1. As licitantes e a beneficiária da ata de registro de preços deverão manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TRE-GO, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

18.5 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.6 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.7 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

18.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

18.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

18.10.2 As peculiaridades do caso concreto

18.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.10.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.10.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.12 As sanções aplicáveis à Contratada estão estabelecidas no Termo de Referência anexado a este Edital.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Homologado o resultado da licitação, terá a adjudicatária o prazo de 3 (três) dias, contados de sua notificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação da Adjudicatária, desde que:

19.1.1.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

219.1.1.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

19.2 A assinatura da Ata de Registro de Preços se dará de forma digital por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

19.2.1 Caso seja inviável a assinatura por meio digital, a Administração poderá encaminhar o instrumento para assinatura da Adjudicatária/Beneficiária da Ata, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.3 O preço registrado, com a indicação do Fornecedor Beneficiário, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19.4 A existência de preços registrados implica ao Fornecedor Beneficiária da Ata compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19.4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem econômica dos preços registrados nesta Ata.

19.5 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar, se houver, os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata da licitação, na forma de anexo, o registro:

20.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

20.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

20.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

20.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

20.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

20.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

20.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/2023.

20.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos, em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no item 23 deste edital, poderá:

20.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

20.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20.5 Independentemente de manifestação de eventuais interessados, a participação neste pregão eletrônico servirá para formação de cadastro de reserva, observadas as disposições do Decreto nº 11.462/2023.

20.6 A convocação do cadastro de reserva observará o procedimento disposto no [Comunicado nº 05/2025 - SEGES/MGI](#).

21. DA NOTA DE EMPENHO

21.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, para se ultimar a contratação, à Beneficiária será encaminhada nota de empenho de despesa.

21.2 A nota de empenho da despesa terá força de contrato.

21.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público, bem como para verificar a manutenção de sua regularidade fiscal e trabalhista.

21.4 A empresa beneficiária da ata obriga-se a fornecer o objeto licitado nas condições estabelecidas neste edital e na ata de registro de preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

22. DO REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (10/02/2026).

22.1.1 Após o interregno de um ano, os preços registrados serão reajustados, **exclusivamente para as execuções ocorridas após o implemento da anualidade**, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ou outro índice que venha o substituir), podendo, mediante acordo entre as partes, ser adotado reajuste inferior.

23. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.1 Com a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, será renovado o quantitativo registrado sem cumulação com eventual saldo remanescente.

24. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1 O contrato, caracterizado pela nota de empenho da despesa, terá vigência de 04 (quatro) meses ou até a execução plena do objeto (fornecimento e pagamento), o que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei 14.133/2021.

24.1.1 A vigência contratual será contada da data de emissão da nota de empenho.

24.1.2 O prazo de entrega dos bens está previsto no Termo de Referência anexado a este edital.

25. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência anexo deste edital.

26. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

O pagamento, assim como a compensação financeira decorrente de eventuais atrasos de pagamento, ocorrerá conforme prazos, condições e demais disposições previstas no Termo de Referência anexos deste edital.

27. DA GESTÃO DO CONTRATO

Os critérios de gestão da contratação estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

28. DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não se exige prestação de garantia à execução contratual.

29. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A licitante vencedora deverá cumprir as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber, bem como, as disposições estabelecidas no Termo de Referência anexado a este edital.

30. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços ou do Termo de Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

31.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

31.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.6 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-go.jus.br

31.11 Mantidas todas as condições definidas neste edital, e desde que não transcorrido prazo maior que 01 ano da realização do certame, poderá haver a dispensa de licitação quando:

31.11.1 Não surgiram licitantes interessadas ou não foram apresentadas propostas válidas;

31.11.2 As propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

31.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

31.12.2 APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - Estudo Técnico Preliminar;

31.12.3 ANEXO II - Valor Estimativo da Contratação;

31.12.4 ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços.

32. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

Goiânia, 14 de maio de 2026.

BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO
Assessor de Contratações da Diretoria-Geral
Pregoeiro
TRE/GO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência SEMSE/CEIN/SAO nº 01/2026

1 - Especificação do Objeto:

1.1 Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, observadas as especificações contidas no presente Termo de Referência.

2 - Justificativa e Descrição da solução como um todo:

2.1 A necessidade das manutenções prediais decorre do desgaste natural das instalações elétricas, lógicas, de ar-condicionado e outras instalações das edificações. Alguns dos prédios que foram construídos entre os anos de 2013 a 2016 nunca passaram por intervenção de pintura, correção de infiltrações e outras patologias. Outros prédios construídos a mais tempo, também não passam por intervenção a mais de 5 anos. Com a correta manutenção, mantém-se a segurança e usabilidade das edificações. O objetivo principal da aquisição dos produtos é dispor de material apropriado para viabilizar a manutenção predial nas edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, mantendo assim a qualidade e a segurança das instalações.

2.2 A descrição da solução como um todo consiste na aquisição de materiais de consumo para manutenção predial, a serem entregues no prédio Sede do TRE-GO ou no prédio Anexo II, em Goiânia.

2.3 A futura contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 4º do Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.4 Os quantitativos apresentados são estimativos, com base em demandas executadas nos últimos anos. Como a necessidade de manutenção predial surge à revelia de qualquer programação ou planejamento, tendo em vista que as instalações podem apresentar defeitos a qualquer momento de seu uso, não há como prever a quantidade exata que será necessária no período de 01 ano.

3 - Fundamentação da Contratação:

3.1 Os bens a serem adquiridos são considerados de natureza comum nos termos do inciso XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente passíveis de definição por meio de especificações usuais de mercado, e portanto poderão ser adquiridos através da modalidade de licitação denominada Pregão, no modo de disputa aberto e fechado, observando os dispositivos legais do Art. 56. O modo de disputa escolhido objetiva a maior competitividade.

3.2 A seleção do fornecedor será firmada através de registro de preços, com forma de entrega parcelada e com possibilidade de variação dos quantitativos. A ata de registro de preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, e não vincula a Administração Pública à aquisição da quantidade total dos bens licitados.

4 - Alinhamento Estratégico da Contratação:

4.1 A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do TRE-GO (Objetivos Estratégicos e Iniciativas): Objetivo Estratégico 3 - Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Objetivo Estratégico 6 - Promover a sustentabilidade; Objetivo Estratégico 7 - Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral. Tal alinhamento é essencial para melhorar continuamente a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral, na medida em que a ação viabiliza recursos e otimiza sua gestão, aplicação e alocação a fim de suprir necessidades de infraestrutura e colaborar para o implemento de prioridades institucionais.

5 - Meta a ser alcançada:

5.1 Atender as exigências de manutenção e conservação predial, propiciando condições de conforto, segurança e continuidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Goiás.

6 - Descritivo Detalhado do Objeto:

6.1. As especificações (com indicações de CATMAT ou fonte oficial), assim como os quantitativos mínimos e máximos para a aquisição dos materiais estão constantes no doc. 1306619.

6.2. As mercadorias descritas deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento.

7 - Condições para o Fornecimento:

7.1. Local de entrega: Edifício Sede do TRE-GO (Anexo I), localizado na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, nº 300, Setor Central, CEP 74.003-010, Goiânia-GO, ou no

prédio Anexo II, situado na Rua 25-A com Rua 17-A, Setor Aeroporto, em Goiânia, aos cuidados da Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos (SEMSE).

7.2. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos – SEMSE, pelo telefone (62) 3920-4265, no horário das 12h00 às 18h00, ou por e-mail, semse-lista@tre-go.jus.br, com pelo menos três dias úteis de antecedência.

7.3 Os materiais deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** depois da entrega da nota de empenho ou outro documento que formalize a demanda.

7.4. O Contratante recusará o recebimento das mercadorias em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

7.5 No caso de recusa dos produtos entregues, por parte da fiscalização, por não atendimento das especificações, a Contratada fica obrigada a providenciar a substituição do material dentro de 15 (quinze) dias corridos.

8 - Qualificações da Contratada:

8.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2018.

9 - Garantias contratuais:

9.1 Dispensadas.

10 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

10.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas, lacradas, na caixa original do produto, com suas especificações visíveis pelo lado externo da sua embalagem. Somente serão aceitos produtos que atendam as especificações detalhadas neste Termo.

10.2. No caso de recusa dos produtos entregues, por parte da fiscalização, por não atendimento das especificações, a Contratada fica obrigada a providenciar a substituição do material dentro de 15 (quinze) dias corridos.

10.3. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os produtos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á descumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas.

10.4. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência.

10.5. Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS e COFINS, e fretes.

10.6. Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados.

10.7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS CONDUTORES ELÉTRICOS:

Devido à **grande circulação de condutores elétricos falsificados no mercado**, com **bitolas reais menores que as nominais, e/ou isolamento deficiente**; e devido ao **risco real de incêndio** no uso de cabos irregulares em **carregadores veiculares**; a aceitação dos condutores elétricos passará pelos seguintes critérios:

10.7.1. Antes da entrega definitiva dos condutores, a licitante poderá enviar ao TRE-GO uma amostra de 2 metros de cada tipo de cabo a ser fornecido, para ser verificado pela equipe técnica. As amostras recebidas, caso estejam dentro das especificações, serão

descontadas do quantitativo final a ser recebido pelo TRE-GO.

10.7.1.1. Mesmo com a aprovação das amostras, no recebimento do quantitativo total dos cabos, os mesmos serão verificados pela equipe técnica conforme os termos a seguir:

10.7.2. No ato da entrega, o fiscal do contrato verificará se o fabricante do material fornecido possui histórico de conformidade técnica. Será consultada, para fins de subsídio à fiscalização, a listagem de fabricantes certificados e monitorados pela Associação Brasileira Pela Qualidade dos Fios e Cabos Elétricos e Similares (QUALIFIO). **Caso o fabricante conste como 'não conforme' ou possua alertas de irregularidade nos portais de monitoramento setorial, o material poderá ser submetido a ensaios técnicos laboratoriais por conta do fornecedor.**

10.7.3. Os condutores, que deverão ser todos de cobre ELETROLÍTICO com pelo menos 99,9% de pureza, deverão estar de acordo com as seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR NM 280: define as características dos condutores, bem como alguns ensaios, como o de resistência elétrica e o de medição das dimensões dos fios e do encordoamento.

- ABNT NBR NM 247: define as características dos condutores isolados com PVC, assim como os ensaios relativos à isolação.

- ABNT NBR 13248: define as especificações técnicas dos cabos com isolação livre de halogênio.

- ABNT NBR 6251: define as características dos cabos unipolares e multipolares com isolamento de 1 kV e acima.

- ABNT NBR 15443: prescreve alguns ensaios, como o de medição da massa ("peso") e das dimensões dos condutores para determinação da seção real, além de outros.

- ABNT NBR 60811: prescreve vários ensaios para verificação das características dos materiais de isolamento dos cabos elétricos.

10.7.4. Os condutores deverão possuir gravação INDELÉVEL no seu isolamento, contendo: Nome do Fabricante / Seção Nominal / Norma Técnica / Tensão de Isolamento / Tipo de Isolamento / Selo INMETRO.

11 - Critérios de Sustentabilidade:

11.1. Em relação às lâmpadas (itens 12 a 14 e 17 do documento digital **1322145**), exige-se o fornecimento de lâmpadas de tecnologia LED, que têm consumo menor do que outras tecnologias (fluorescente, incandescente, etc.) e altíssima eficiência energética.

11.2. Em relação aos outros materiais, como se tratam de mercadorias com marca e modelo específico (ou equivalente, de características praticamente similares), se exige **compatibilidade comprovada de qualidade e características equivalentes**.

12 - Respeito à legislação vigente:

12.1 A contratada responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

13 - Fiscalização do Contrato:

13.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado para esse fim.

14 - Obrigações da Contratante:

14.1. Para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, a Contratante se compromete a:

14.1.1 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela

Contratada;

14.1.2 Proporcionar à Contratada as condições necessárias para que esta possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória;

14.1.3 Recusar o(s) produto(s) que esteja(m) em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

14.2 Pagamento:

14.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, desde que a Contratada esteja em dia com suas obrigações fiscais e atenda a todas as exigências contidas no contrato;

15 - Obrigações da Contratada:

15.1 Comunicar à Administração do Órgão qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados e manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação;

15.2 Assumir a responsabilidade por encargos fiscais e comerciais resultantes de contratação;

15.3 Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas e quaisquer ônus decorrentes da execução do objeto contratado.

15.4 Cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;

15.5 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

15.6 Não subcontratar no todo ou em parte o objeto contratado;

15.7 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço físico e endereço eletrônico (e-mail), sob pena de infração contratual;

15.8 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

16 - Da garantia da contratação:

16.1 Não se exige a prestação de garantia à execução contratual.

17- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

17.1 Do recebimento provisório ou definitivo:

Após recebidos todos os produtos, podendo ser feito o recebimento por item ou por lote de itens, a depender da quantidade de itens vencidos por cada contratada, a fiscalização fará o recebimento definitivo em até 5 dias.

17.2 Da fiscalização:

- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.3 Da liquidação da despesa:

- Realizado o recebimento definitivo dos bens, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências.

- O prazo para a saneamento, pela Contratada, de problemas na nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo Contratante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de contagem do prazo para a liquidação da despesa.

- Para fins de liquidação, a nota fiscal apresentada, ou documento de cobrança equivalente, deverá conter os seguintes elementos:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo das entregas;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.4 Do pagamento:

- O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

- Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

- A Contratada deverá possuir regularidade fiscal, que poderá ser constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos

- A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação e/ou a proibição de contrata, bem como, ocorrências impeditivas indiretas.

- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade fiscal da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha

concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua aplicação se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|-------------|---------------------|---|
| I = (TX) | I= (6/100) / 365 | I= 0,00016438 TX = Percentual da Taxa Anual = 6% |
|-------------|---------------------|---|

- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18- DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, salvo se outra forma for definida pela Administração do TRE-GO.

18.2 O critério de julgamento será menor preço unitário.

19- DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1- Para fins de qualificação técnica deverá ser comprovada pela licitante sua aptidão para fornecimento de produtos com características compatíveis ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou que comprove que o ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação

19.2- As certidões ou atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.3- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.4- Para fins de qualificação econômico-financeira deverá ser apresentada certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

19.5- Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, observar as prescrições do Edital da licitação.

20- DAS SANÇÕES À CONTRATADA

20.1- Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções:

a) Advertência, nos casos de inexecução parcial do contrato que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução contratual que não justifiquem a imposição de penalidades mais graves;

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; inexecução total do contrato; retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de declaração falsa durante a execução do contrato; comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013, bem como, nos casos especificados na letra “b” deste item 12.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União.

20.2- A CONTRATADA estará sujeita ainda às seguintes multas:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), limitada a 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 20.1-a.

b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato pelo retardamento da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

c) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor o valor total do contrato no caso de inexecução total do Ajuste ou no caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) 10% (dez por cento), limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos especificados no item 20.1-b e 20.1-c.

21 - Da proposta:

21.1 Os proponentes deverão apresentar proposta na forma de “preço unitário”, na qual deverão estar inclusos os itens descritos no objeto do Contrato.

21.2. Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS, COFINS e fretes.

21.3. Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados .

21.4. A proposta deverá conter, ainda, o prazo de entrega e de garantia dos produtos e as especificações de todos os materiais utilizados.

21.5. Para que o produto seja aceito, a licitante deverá informar na sua proposta a marca e demais detalhes da linha do produto (quando houver). Não será aceito o produto que constar na proposta descrito como "conforme descrito no edital".

21.6. Não é permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo definido para cada item.

22 - Da vigência:

A vigência da futura ata de registro de preços será de 12 meses, prorrogável por mais 12 meses.

23 - Fonte de Recursos Orçamentários e Plano Anual de Contratações:

A presente solicitação de aquisição consta no Plano Anual de Contratações, entretanto o valor previsto não é suficiente para suprir tal demanda nos quantitativos máximos. Para o bom prosseguimento do feito, sugere-se caso a Administração entenda necessário, autorização da Diretoria-Geral para complementação da demanda no PAC 2026, conforme o Art. 9º da Portaria Pres. n. 318/2019.

24 - Estimativa de Preços de Mercado:

R\$ **71.811,59 (setenta e um mil e oitocentos e onze reais e cinquenta e nove centavos)** para aquisição da quantidade mínima, podendo chegar a **520.680,60 (quinhentos e vinte mil e seiscentos e oitenta reais e sessenta centavos)** para a aquisição da quantidade máxima.

25 - Demais informações:

As dúvidas relacionadas a este Termo de Referência deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos do TRE-GO - SEMSE, por escrito pelo endereço eletrônico: semse-lista@tre-go.jus.br

26 - Local e Dados da Solicitação:

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Alan Castter Martins Silva

Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos
Matrícula nº 5081637

Alano Rodrigo Leal

Chefe da Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos
matrícula nº 5089565

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do ETP: 1297714/2026 - SEMSE/CEIN/SAO

Equipe de planejamento da contratação:

- Técnico Judiciário - Alan Castter Martins Silva - Especialidade Eletricidade e Telecomunicações
- Matrícula 5081637.

- Eng. Civil Alano Rodrigo Leal - CREA 13430/D-GO - Matrícula 5089565.

Número do processo: 26.0.000000753-5

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa(s) para o fornecimento de materiais de consumo necessários às manutenções prediais nas edificações da Justiça Eleitoral de Goiás.

A necessidade das manutenções prediais decorre do desgaste natural das instalações elétricas, lógicas, de ar-condicionado e outras instalações das edificações. Com a correta manutenção, mantém-se a segurança e usabilidade das edificações.

O objetivo principal da aquisição dos produtos é dispor de material apropriado para viabilizar a manutenção predial nas edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, mantendo

assim a qualidade e a segurança das instalações.

A planilha de materiais (doc. **1306619**) prevê o gasto anual com as manutenções, com estimativas mínima e máxima para a aquisição dos referidos materiais no decurso de 12 (doze meses).

O TRE Goiás dispõe de contrato de manutenção predial, neste momento o Contrato TRE nº 99/2022, que apresenta possibilidade de aquisição de materiais necessários para reposição. Entretanto, entende-se inviável a utilização desse recurso para a aquisição de todos os materiais necessários às manutenções. O limite do referido contrato para aquisição de materiais é da ordem de R\$ 9.360,00 por mês, ou R\$ 112.320,00 anuais, que tem se mostrado ao longo dos últimos anos insuficientes para suprir as demandas surgidas nos 40 prédios próprios do TRE Goiás, além dos 13 imóveis locados e sob responsabilidade do mesmo TRE Goiás.

Diante do exposto, entende-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento dos referidos materiais, deixando o limite do Contrato 99/2022 para locação de equipamentos e outros materiais mais corriqueiramente demandados e de quantificação prévia inviável de se produzir, devido ao fato de temporalidades diversas de trocas dos itens referidos, tais como: cimento, areia, metais, ferragens, alguns acessórios, válvulas hidráulicas, tubos e conexões, registros, fechaduras, vidros, papeleiras, saboneteiras, tampas de vaso etc.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens a serem adquiridos são considerados de natureza comum nos termos do inciso XIII do art. 6º, da Lei nº 14.133 de 2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente passíveis de definição por meio de especificações usuais de mercado, e portanto deverão ser adquiridos através da modalidade de licitação denominada Pregão (art. 29 da Lei 14.133), preferencialmente na forma eletrônica, no modo de disputa aberto e fechado.

As propostas deverão observar as especificações constantes na planilha de materiais.

A seleção do fornecedor será firmada através de registro de preços, com forma de entrega parcelada e com possibilidade de variação dos quantitativos. A ata de registro de preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, e não vincula a Administração Pública à aquisição da quantidade total dos bens licitados.

O pagamento se dará em até 10 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

A duração da ata de registro de preços, se for o caso, será de 12 (doze) meses.

Pelas características da contratação, não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, e portanto não há a necessidade de transição contratual.

4. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios e práticas de sustentabilidade a serem observados são os determinados pela Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

A empresa a ser contratada deverá seguir as recomendações ambientais no que tange ao descarte dos resíduos sólidos resultantes da execução dos serviços, promovendo o descarte adequado, respeitável e consciente (Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A solução levantada pela equipe de planejamento da contratação é a de realização de licitação tradicional, conforme especifica o item 3 deste estudo.

Análise de viabilidade e justificativa:

VIÁVEL. A realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, visando o registro de preços para aquisição dos materiais constantes na planilha estimativa (doc.**1306619**) se mostrou viável.

Por se tratar de fornecimento de bens comuns, em razão das especificações técnicas serem de conhecimento amplo, que atendem a métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado, e comumente conhecidas, onde operam diversos agentes comerciais hábeis à contratação, o levantamento de mercado foi feito junto ao sítio governamental comprasnet.gov.br e sítios eletrônicos de comércio via internet, além de tabelas de referência de preços de materiais como SINAPI/SBC, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. O valor de referência para a contratação foi obtido a partir da média dos valores pesquisados que foram considerados exequíveis.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo consiste na aquisição de materiais de consumo para manutenção predial, a serem entregues no prédio Sede do TRE-GO, localizado no Setor Central em Goiânia – GO, na Praça Cívica, nº 300, Setor Central, Goiânia-GO ou no prédio Anexo II, situado na Rua 25-A com Rua 17-A, Setor Aeroporto, em Goiânia.

A futura contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 4º do Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

Os quantitativos apresentados são estimativos, com base em demandas anteriores, historicamente registradas pela equipe de gestão de manutenção do TRE Goiás. Como a necessidade de manutenção predial pode surgir em quantidade, momento e qualidade diferente de qualquer programação ou planejamento, uma vez não existirem preditores seguros nem na literatura técnica nem em normas técnicas do setor de manutenção, e tendo em vista que as instalações podem apresentar defeitos a qualquer momento de seu uso, não há como prever a quantidade exata que se necessitará para um período, por exemplo, de 01 ano. A quantidade foi, assim, estimada com base em criteriosa análise dos consumos anteriores deste mesmo setor de manutenções.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

- As especificações técnicas dos materiais estão constantes na planilha estimativa (doc. **1306619**).
- Garantia mínima de 01 (um) ano, a partir da data de entrega.
- A CONTRATADA será responsável pelo transporte dos produtos desde a origem até o destino.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos necessários para suprir as necessidades da futura contratação foram obtidos com base nos levantamentos realizados nos locais onde o uso é necessário (40 prédios próprios do TRE-GO, além dos 13 imóveis locados).

Nas quantidades estimadas, levou-se em consideração as quantidades mínima e máxima para o uso de cada item no período de um ano. Esses quantitativos encontram-se na

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do custo global necessário à contratação do objeto deste estudo é R\$ **71.811,59 (setenta e um mil e oitocentos e onze reais e cinquenta e nove centavos)** para aquisição da quantidade mínima, podendo chegar a **520.680,60 (quinhentos e vinte mil e seiscentos e oitenta reais e sessenta centavos)** para a aquisição da quantidade máxima.

A pesquisa de preços para formação dos valores de referência utilizou os parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, e estão devidamente detalhados nos documentos "Pesquisa de Preços" (doc. **1306619**).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea 'b' do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja tecnicamente viável, economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

A presente contratação poderá ser parcelada, pois cada item a ser adquirido poderá ter oferta mais vantajosa oferecida por fornecedor distinto, portanto, justifica-se a adjudicação de cada item a empresa que ofertar a melhor proposta.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não existem no TRE-GO outras contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar ou serem impactadas pela presente contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Encontra-se a contratação alinhada com o Planejamento Estratégico do TRE-GO, dentro dos seguintes objetivos:

Objetivo Estratégico 3: Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Objetivo Estratégico 6: Promover a sustentabilidade;

Objetivo Estratégico 7: Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral.

Esse alinhamento se dá porque a contratação pretendida é essencial para melhorar continuamente a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral, na medida em que a ação viabiliza recursos e otimiza sua gestão, aplicação e alocação a fim de suprir necessidades de infraestrutura e colaborar para o implemento de prioridades institucionais.

No tocante ao planejamento orçamentário-financeiro, a presente contratação possui alinhamento por ter sido prevista sua inclusão no Plano Anual de Contratação 2026.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Proporcionar melhores condições de habitabilidade, manter a segurança e o funcionamento pleno dos prédios da Justiça Eleitoral de Goiás evitando ou minimizando a

interrupção dos serviços.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para o objeto em análise não há necessidade prévia à contratação quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020).

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Como se trata de mero fornecimento de mercadoria padronizada por marca e modelo, não se vislumbra impacto específico.

Quanto à logística reversa para o correto descarte ou reciclagem dos materiais inservíveis gerados, esta seguirá às legislações vigentes de modo a sanar ou reduzir o risco de quaisquer tipos de impactos ambientais.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento, diante das fundamentações apresentadas nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, e ainda de acordo com demais peças técnicas contidas no processo SEI nº 26.0.000000753-5, declara viável esta contratação, desde que existam recursos orçamentários disponíveis para a execução da demanda.

16. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Téc. Jud. Alan Castter Martins Silva
Técnico Judiciário - Eletricidade e Telecomunicações
Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos
Matrícula 5081637

Engº Civil Alano Rodrigo Leal
Chefe da SEMSE
Matrícula 5089565

ANEXO II - VALOR ESTIMATIVO DA CONTRATAÇÃO

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

LISTA DE MATERIAIS - PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DAS EDIFICAÇÕES DO TRE-GO

| Item | MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE REDES ELÉTRICA E LÓGICA/TELEFÔNICA ESPECIFICAÇÕES: | UN. | Quant. mínima | Quant. máxima | Preço unitário | Subtotal (quant. mínima) | Subtotal (quant. máxima) | Referência |
|------|--|-----|---------------|---------------|----------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| 1 | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor preta | un | 20 | 400 | 7,57 | 151,40 | 3.028,00 | CATMAT 395883 SINAPI 38101 |

| | | | | | | | | |
|---|--|----|-----|-------|-------------|--------|----------|-------------------------------|
| 2 | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 20A, 250V, com haste, cor vermelha | un | 20 | 100 | 9,69 | 193,80 | 969,00 | CATMAT 364908 SINAPI 38102 |
| 3 | Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor vermelha | un | 20 | 400 | 7,57 | 151,40 | 3.028,00 | CATMAT 395884 SINAPI 38101 |
| 4 | Cabo flexível #2,5mm² - LSHF 70°C - 750 V - Azul, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 2,78 | 556,00 | 2.780,00 | CATMAT 483315 SINAPI 44388 |
| 5 | Cabo flexível #2,5mm² - LSHF 70°C - 750 V - Amarelo, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 2,78 | 556,00 | 2.780,00 | CATMAT 483314 SINAPI 44388 |
| 6 | Cabo flexível #2,5mm² - LSHF 70°C - 750 V - Vermelho, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 2,78 | 556,00 | 2.780,00 | CATMAT 483320 SINAPI 44388 |
| 7 | Cabo flexível #2,5mm² - LSHF 70°C - 750 V - Verde, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 2,78 | 556,00 | 2.780,00 | CATMAT 483319 SINAPI 44388 |
| 8 | Cabo paralelo flexível, branco, (2X#2,5mm²), isolamento 300V, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 50 | 200 | 5,96 | 298,00 | 1.192,00 | CATMAT 322926 AGETOP 3102 |

| | | | | | | | | |
|----|--|----|-----|-------|--------------|----------|-----------|-------------------------------|
| 9 | Cabo multipolar (3X#2,5mm²), isolamento 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 100 | 2.200 | 9,45 | 945,00 | 20.790,00 | CATMAT 351684 SINAPI 39258 |
| 10 | Cabo multipolar (3X#4,0mm²), isolamento 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 100 | 1.500 | 15,53 | 1.553,00 | 23.295,00 | CATMAT 340252 SINAPI 39259 |
| 11 | Filtro de linha, 220V, 60Hz, de 5 tomadas NBR 14.136, 10A, chave liga-desliga, LED indicativo, fusível de 10A, cabo de 1 metro - Intelbrás ou equivalente | un | 50 | 1.000 | 27,95 | 1.397,50 | 27.950,00 | CATMAT 464972 ORSE 1969 |
| 12 | Lâmpadas LED 9W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 800Lm, ângulo 200º - OSRAM ou equivalente | un | 50 | 1.500 | 4,30 | 215,00 | 6.450,00 | CATMAT 451495 AGETOP 4049 |
| 13 | Lâmpadas LED 20W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 1.800Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | un | 10 | 500 | 21,49 | 214,90 | 10.745,00 | CATMAT 441136 AGETOP 4054 |
| 14 | Lâmpadas LED 30W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 2.400Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | un | 20 | 800 | 22,01 | 440,20 | 17.608,00 | CATMAT 448671 AGETOP 4052 |

| | | | | | | | | |
|----|---|-------|----|-----|-----------------|-----------|-----------|-------------------------------|
| 15 | Lâmpada LED tubular T8, 9W a 10W, compr. 600mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 900Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente | un | 10 | 100 | 21,25 | 212,50 | 2.125,00 | CATMAT 469643 AGETOP 4053 |
| 16 | Luminária de emergência, 30 LEDs, 100Lm, , abrangência 25m², 220V, 60Hz, bateria lítio de 3,7V e 1A.h - Empalux ou equivalente | un | 5 | 80 | 19,48 | 97,40 | 1.558,40 | CATMAT 426453 AGETOP 4013 |
| 17 | Lâmpada LED tubular T8, 18W a 20W, compr. 1200mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 1.800Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente | un | 50 | 800 | 21,49 | 1.074,50 | 17.192,00 | CATMAT 479282 AGETOP 4054 |
| 18 | DPS monopolar, classe II, com cartucho removível, tipo MOV, Uc 275V, Up > 1,2 kV, I _{max} 20 kA@8/20 us, I _n 10 kA@8/20 us - Clamper ou equivalente | un | 60 | 200 | 63,21 | 3.792,60 | 12.642,00 | CATMAT 612496 SINAPI 39469 |
| 19 | Sensor de presença por movimento para lâmpada, de embutir em caixa 4"x2", uso interno, ângulo de cobertura de 120º, 220V, 60Hz, regulação de tempo - Exatron, Tramontina, Pial ou equivalente | un | 30 | 100 | 54,23 | 1.626,90 | 5.423,00 | CATMAT 421743 SINAPI 39393 |
| 20 | Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente | caixa | 10 | 20 | 1.189,50 | 11.895,00 | 23.790,00 | CATMAT 304159 SINAPI 43972 |

| | | | | | | | | |
|----|--|-------|----|-------|-----------------|-----------|-----------|-------------------------------------|
| 21 | Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente | caixa | 20 | 80 | 1.189,50 | 23.790,00 | 95.160,00 | CATMAT 304159 SINAPI 43972 |
| 22 | Patch cord de 1,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor vermelha. Furukawa, AMP ou equivalente | un | 10 | 500 | 13,20 | 132,00 | 6.600,00 | CATMAT 335301 SINAPI 39604 |
| 23 | Patch cord de 2,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor amarela. Furukawa, AMP ou equivalente | un | 10 | 500 | 14,34 | 143,40 | 7.170,00 | CATMAT 312024 SINAPI 39605 |
| 24 | Tomada fêmea RJ-45 cat.5E, 568-A, contatos banhados a ouro, presilhas para cabos, Furukawa, AMP ou equivalente | un | 50 | 1.000 | 15,62 | 781,00 | 15.620,00 | CATMAT 318595 SINAPI 38104 |
| 25 | Refletor LED, 30W, 2.400Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | un | 5 | 50 | 29,32 | 146,60 | 1.466,00 | CATMAT 470262 ORSE 13790 |
| 26 | Refletor LED, 50W, 3.800Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | un | 10 | 200 | 44,95 | 449,50 | 8.990,00 | CATMAT 470263 ORSE 13287 |
| 27 | Luminária tipo Plafon Redondo, LED, 18W, Branca, - Completa, com driver - De sobrepor - 1.250Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 20 | 100 | 32,50 | 650,00 | 3.250,00 | CATMAT 617342 PRÓPRIO 003 |
| 28 | Refletor LED, 100W, 8.000Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 20.000h, IP66, OSRAM ou equivalente | un | 10 | 100 | 80,13 | 801,30 | 8.013,00 | CATMAT 620741 ORSE 14699 |
| 29 | Lâmpadas LED 40W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 3.200Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente | un | 20 | 500 | 39,35 | 787,00 | 19.675,00 | CATMAT 468578 SIURB 56494 |

| | | | | | | | | |
|----|--|----|-----|-----|---------------|----------|-----------|-------------------------|
| 30 | Luminária tipo Pannel de LED, 18W, Branca, quadrada 22x22 cm - Completa, com driver - De embutir - 1.250Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 40 | 200 | 60,87 | 2.434,80 | 12.174,00 | CATMAT 624050 PRÓPRIO 4 |
| 31 | Luminária tipo Pannel de LED, 24W, Branca, quadrada 30x30 cm - Completa, com driver - De sobrepor - 2.100Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 20 | 200 | 76,48 | 1.529,60 | 15.296,00 | CATMAT 624051 PROPRIO 1 |
| 32 | Luminária tipo Pannel de LED, 30W, Branca, quadrada 40x40 cm - Completa, com driver - De embutir - 3.000Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 20 | 100 | 134,55 | 2.691,00 | 13.455,00 | CATMAT 627928 PROPRIO 5 |
| 33 | Luminária tipo Pannel de LED, 24W, Branca, quadrada 30x30 cm - Completa, com driver - De embutir - 2.100Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 20 | 200 | 60,87 | 1.217,40 | 12.174,00 | CATMAT 624051 PROPRIO 4 |
| 34 | Luminária tipo Pannel de LED, 40W, Branca, quadrada 62x62 cm - Completa, com driver - De embutir - 4.000Lm - 220V, 60Hz, 4100K a 5000K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 30 | 200 | 103,50 | 3.105,00 | 20.700,00 | CATMAT 624053 PROPRIO 2 |
| 35 | Canaleta PVC retangular com tampa, sem divisória - Branca - 20x10x2000 - Com fita dupla face no fundo para fixação - Barra de 2 metros - Tramontina ou equivalente | un | 100 | 300 | 3,31 | 331,00 | 993,00 | CATMAT 448030 SBC 37 |
| 36 | Canaleta PVC retangular com tampa, sem divisória - Branca - 50x20x2000 - Com 2 fitas dupla face no fundo para fixação - Barra de 2 metros - Tramontina ou equivalente | un | 100 | 300 | 14,48 | 1.448,00 | 4.344,00 | CATMAT 448072 SBC 40 |

| | | | | | | | | |
|--------------------|--|----|-----|-------|---------------|------------------|-------------------|-----------------------------------|
| 37 | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Azul, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 3,79 | 758,00 | 3.790,00 | CATMAT 483321 SBC 1183 |
| 38 | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Vermelho, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 3,79 | 758,00 | 3.790,00 | CATMAT 483325 SBC 1183 |
| 39 | Cabo flexível #4,0mm² - LSHF 70°C - 750 V - Verde, CERTIFICADO QUALIFIO - ABNT NBR NM 280 - Prysmian ou equivalente. Aceitação conforme item 10.7 do Termo de Referência. | m | 200 | 1.000 | 3,79 | 758,00 | 3.790,00 | CATMAT 483324 SBC 1183 |
| 40 | Plug macho RJ-45 cat.5E, contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente | un | 100 | 1.000 | 3,32 | 332,00 | 3.320,00 | CATMAT 295662 ORSE 6769 |
| 41 | Luminária de emergência, 2 faróis LED, 1.200Lm, bateria 6V/4A.h, 220V, 60Hz, abrangência 250m², IP20 - Segurimax ou equivalente | un | 3 | 40 | 116,43 | 349,29 | 4.657,20 | CATMAT 406216 SBC 36891 |
| 42 | Luminária tipo Pannel de LED, 30W, Branca, quadrada 40x40 cm - Completa, com driver - De sobrepor - 3.000Lm - 220V, 60Hz, 5000K a 6500K - th=25.000h - Philips, OSRAM ou equivalente | un | 30 | 200 | 150,32 | 4.509,60 | 30.064,00 | CATMAT 627928 ORSE 14860 |
| 43 | Extensão de tomada elétrica 2P+T: 5 metros, 3 tomadas 10A, NBR 14.136, 250V, bitola (3X#0,75mm²) | un | 300 | 1.200 | 31,07 | 9.321,00 | 3.7284,00 | CATMAT 294200 |
| TOTAL (R\$) | | | | | | 71.811,59 | 520.680,60 | |
| | | | | | | MÍNIMO | MÁXIMO | |

Responsável Técnico:

Alan Castter Martins Silva
Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos
Matrícula nº 5081637

ANEXO III
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXXX/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS (TRE/GO), órgão do Poder Judiciário da União, UASG 070023, inscrito no CNPJ sob o nº 05.526.875/0001-45, com sede na Praça Cívica, nº 300, Centro, nesta Capital, neste ato representado por seu Diretor-Geral, xxxxxxxxxxxx, RG nº xxxxxxxxxxxx, expedido por xxxxxxxxxxxx, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/2026, publicada no DOU de XX/XX/2026, processo administrativo nº XXXXXX, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

A presente ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, com garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento dos materiais, conforme condições, descrições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº/20..., que é parte integrante desta Ata, independente de transcrição.

2. EMPRESA BENEFICIÁRIA

É beneficiária desta Ata de Registro de Preços, a sociedade empresária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxxxx, representada por seu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, já qualificado(a) nos autos do processo SEI xxxxxxxxxxxx

3. PREÇOS E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados e as quantidades máximas são as que seguem

| DESCRIÇÃO | MARCA/ MODELO | Quantidade Máxima | Valor Unitário | Valor Total |
|-----------|---------------|-------------------|----------------|-------------|
| | | | | |

3.2. A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3.3. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem econômica dos preços registrados nesta Ata.

4. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

Não há participantes deste registro de preços.

5. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se possibilitará adesões de outros órgãos ou entidades da Administração Pública à presente ata de registro de preços.

6. FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada por meio de Nota de Empenho, nos termos do edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº/20....

7. CADASTRO RESERVA

7.1. Constitue o cadastro reserva desta Ata, na forma de anexo, o registro dos fornecedores que aceitaram cotar os bens/serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, bem como daqueles que mantiveram sua proposta original.

7.2. A contratação dos fornecedores que compõem o cadastro reserva ocorrerá quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou da ata de registro de preços.

7.3. A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação destes.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o

fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não assinar o termo de contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462/2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.3.1. Por razão de interesse público;

10.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

11. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1 Com a prorrogação da vigência, será renovado o quantitativo registrado sem cumulação com eventual saldo remanescente.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 O contrato, caracterizado pela nota de empenho da despesa, terá vigência de 04 (quatro) meses ou até a execução plena do objeto (fornecimento e pagamento), o que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei 14.133/2021.

12.1.1 A vigência contratual será contada da data de emissão da nota de empenho.

12.1.2 Os materiais deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** depois da entrega da nota de empenho.

13. DO REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (10/02/2025).

13.2 Após o interregno de um ano, os preços registrados serão reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (ou outro índice que venha o substituir), podendo, mediante acordo entre as partes, ser adotado reajuste inferior.

14. DAS PENALIDADES

14.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº/20.....

14.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente após terem assinado a ata.

15. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação que deu origem à presente Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via, que depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

(datado e assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Geral do TRE/GO

(datado e assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO (da Ata de Registro de Preços)
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que compõem o cadastro reserva

| ITEM xx | | | |
|------------|--------------|----------------|----------------------------|
| DESCRIÇÃO | | | |
| FORNECEDOR | MARCA/MODELO | QTD. MÁXIMA | VALOR UNITÁRIO (R\$) |



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 15/05/2026, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei4.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1403461** e o código CRC **DAE537AF**.

26.0.000000753-5

1403461v15

